



2007/09/16

Plataforma Transgênicos Fora e Greenpeace questionam ministros SEM DIREITO À ESCOLHA NÃO HÁ FUTURO PARA A AGRICULTURA EUROPEIA

No dia em que os ministros da agricultura dos Estados-Membros iniciam no Porto um encontro onde irão debater o futuro da agricultura na União Europeia, levantam-se sete questões centrais para o direito à escolha e à segurança de consumidores e que a Plataforma Transgênicos Fora, em colaboração com a Greenpeace Internacional, coloca à consideração destes representantes. Este documento será também entregue pessoalmente ao Ministro da Agricultura português, amanhã pelas 18:45, na Alfândega do Porto.

• Para quando a rotulagem dos produtos animais?

Independentemente do risco alimentar decorrente das rações transgênicas, os consumidores europeus pretendem exercer o seu direito à escolha quando comprem carne, ovos, leite e derivados.ⁱ Neste momento o consumidor não tem acesso a qualquer indicação sobre a cadeia alimentar de onde tais animais provêm. No entanto, em Agosto passado, a ministra da agricultura da Finlândia anunciou já a sua intenção de impor tal rotulagem no seu país – não há, pois, qualquer impedimento técnico que impeça os restantes Estados-Membros da União Europeia de possibilitarem aos seus cidadãos idêntico acesso à informação.

• Para quando a legalização das zonas livres de transgênicos?

A Comissão Europeia tem sistematicamente impedido a criação legal de zonas livres de transgênicos em toda a União. No entanto, e ao mesmo tempo, a Comissão também argumenta, por exemplo junto da Organização Mundial de Comércio, que existem «vastas áreas de incerteza» e que nem sequer é possível verificar que impacto na saúde pode já ter tido a introdução dos transgênicos na Europa.ⁱⁱ A legislação europeia é clara: face à incerteza deve aplicar-se o Princípio da Precaução. Mas as regiões e municípios têm sido impedidos de o fazer, contra todo o peso da sua legitimidade democrática.ⁱⁱⁱ

• Para quando a rotulagem completa dos produtos vegetais?

Embora exista um regulamento europeu para rotulagem de produtos vegetais, ele não cobre numerosos aspectos. Há classes inteiras de produtos que não são sujeitas a rotulagem mesmo quando têm ingredientes totalmente transgênicos (como o mel, numerosos aditivos, enzimas, etc), há produtos contaminados que são tratados como isentos (se a contaminação for “acidental” e estiver abaixo de 0.9%, o consumidor não é informado), e há circunstâncias em que mesmo os alimentos rotulados deixam de o ser (uma embalagem com corn flakes de milho transgênico tem de estar rotulada se for vendida no supermercado, mas num hotel ou cantina já não tem de existir qualquer rotulagem).

• Para quando o cumprimento da lei pela autoridade alimentar europeia?

É do domínio público que existem no painel OGM da EFSA, a Autoridade Europeia de Segurança Alimentar, problemas evidentes de conflito de interesses:^{iv} o próprio presidente desse painel trabalha em programas de apoio à introdução de OGM na Europa. A falta de transparência, o escândalo perante os cidadãos e a insatisfação dos próprios governos dos Estados-Membros atingiram proporções tais que a Comissão Europeia prometeu diversas reformas, nomeadamente a imposição de que a EFSA passe a cumprir a lei (por exemplo, a EFSA não tem exigido – ao contrário do previsto na Directiva 2001/18 – a realização de quaisquer estudos sobre os efeitos de longo prazo dos alimentos transgênicos; do mesmo modo requisitos como a demonstração da estabilidade genética são sumariamente ignorados). Mas na prática ainda nada mudou, ficando assim em causa o

direito mais básico do consumidor: o de não ser exposto a produtos mal testados, ou não-testados.

• **Para quando a prioridade máxima à protecção da saúde?**

A Comissão Europeia já anunciou que vai autorizar, pela primeira vez desde 1998, um transgénico novo para cultivo em toda a União. Trata-se da batata Amflor, que apresenta uma composição química alterada com o objectivo de facilitar processamento industrial e que não é suposta ser consumida por pessoas – no entanto, o consumo humano também está em aprovação iminente. Este transgénico que, pouco surpreendentemente, obteve luz verde da EFSA, já foi criticado pela Organização Mundial de Saúde e cientistas não ligados a empresas. No único estudo toxicológico realizado até agora foram detectadas diferenças significativas em leucócitos e no baço, para além de se ter detectado um aumento de cistos na tiróide dos animais de laboratório. Se o futuro da agricultura europeia não passa pela degradação da segurança alimentar, esta batata não pode ser autorizada.

• **Para quando uma fiscalização eficaz dos alimentos com transgénicos?**

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica portuguesa admitiu publicamente, em Abril deste ano, que não fiscalizava o cumprimento da rotulagem de produtos alimentares transgénicos. Esta postura retira toda a credibilidade à legislação e impede qualquer exercício do (pouco) direito à escolha previsto pela União Europeia.

• **Para quando a proibição do milho MON 810 em toda a União Europeia?**

Embora tenha sido autorizado pela Comissão Europeia para toda a União e esteja a ser produzido em Portugal, o cultivo do milho transgénico MON 810 foi proibido unilateralmente pela Grécia, Áustria, Polónia, Hungria e, mais recentemente, também pela Alemanha. As razões são numerosas e válidas. Por exemplo, a Monsanto nunca apresentou – e muito menos implementou – o plano de monitorização do impacto ambiental destas libertações comerciais que está previsto na Directiva 2001/18. Além disso, segundo o actual governo alemão, existem razões substantivas para recear que o cultivo do MON 810 acarrete perigos para o ambiente. Portugal, que apoiou a proibição decidida pela Hungria, tem de tomar a mesma medida a nível nacional e apoiar uma posição europeia unida em torno da máxima protecção ecológica prevista pelo Princípio da Precaução – esta é a única forma de garantir igualmente o máximo de protecção à saúde humana.

Os direitos à escolha e segurança dos consumidores europeus, actuais e futuros, devem ser considerações principais na reflexão ministerial que hoje se inicia. Só há futuro para a agricultura europeia com uma aposta forte na sustentabilidade que apenas a produção familiar, tradicional e biológica, assentes na diversidade agrícola e selvagem, podem proporcionar. **É este o tipo de alimentação que os europeus realmente preferem e procuram.**

A Plataforma Transgénicos Fora é uma estrutura integrada por onze entidades não-governamentais da área do ambiente e agricultura (ARP - Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português; ATTAC - Associação para a Taxação das Transacções Financeiras para a Ajuda ao Cidadão; CNA - Confederação Nacional da Agricultura; Colher para Semear - Rede Portuguesa de Variedades Tradicionais; FAPAS - Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens; GALA - Grupo de Acção e Intervenção Ambiental; GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente; LPN - Liga para a Protecção da Natureza; MPI - Movimento Pró-Informação para a Cidadania e Ambiente; QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza; e SALVA - Associação de Produtores em Agricultura Biológica do Sul) e apoiada por dezenas de outras. Para mais informações contactar info@stopogm.net ou www.stopogm.net

Mais de 10 mil cidadãos portugueses reiteraram já por escrito a sua oposição aos transgénicos.

ⁱ Não esquecer que já foi encontrado DNA transgénico em leite de vaca, o que permite justificar a distinção visto os produtos transgénicos e convencionais serem diferentes (vide Agodi, A. et al. (2006) Detection of genetically modified DNA sequences in milk from the Italian market. International Journal of Hygiene and Environmental Health, 209:81-88.)

ⁱⁱ No âmbito da avaliação de uma queixa norte-americana junto da Organização Mundial de Comércio, a Comissão Europeia escreveu «However, in the absence of exposure data in respect of chronic conditions that are common, such as allergy and cancer, there simply is no way of ascertaining whether the introduction of GM products has had any other effect on human health.» in: European Communities - Measures affecting the approval and marketing of biotech products (DS291, DS292, DS293). Comments by the European Communities on the scientific and technical advice to the panel. 28 January 2005.

ⁱⁱⁱ Na União Europeia há mais de 4500 municípios que se declararam zonas livres de transgénicos, 27 dos quais em Portugal.

^{iv} Ver por exemplo o relatório dos Amigos da Terra «Throwing Caution to the Wind», disponível em: www.foeurope.org/GMOs/publications/EFSAreport.pdf